

**Jauru Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações financeiras  
referentes aos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da  
Jauru Transmissora de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

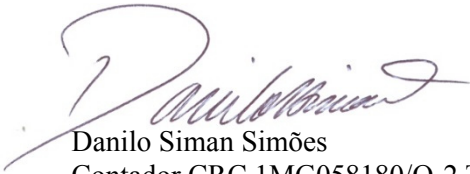
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos*****Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Danilo Siman Simões  
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

# Jaurú Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2014	2013 Reclassificado
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	302	13.718
Titulos e valores mobiliários	9	16.858	22
Concessionárias e permissionárias	10	6.451	5.729
Contas a receber - ativo financeiro	11	41.244	39.492
Impostos a recuperar	12	5.883	5.311
Outros créditos		2.730	1.077
		<u>73.468</u>	<u>65.349</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber - ativo financeiro	11	477.509	487.803
Titulos e valores mobiliários - restrito	9	10.321	9.484
Impostos a recuperar	12	10.685	15.204
Imobilizado, líquido		362	194
		<u>498.877</u>	<u>512.685</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>572.345</u></u>	<u><u>578.034</u></u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	3.128	5.247
Empréstimos e financiamentos	14	20.355	20.360
Tributos e contribuições sociais	16.a	778	627
Taxas regulamentares		2.165	1.328
PIS e COFINS diferidos	15	3.815	-
Outros		1.036	1.401
		<u>31.277</u>	<u>28.963</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	234.760	247.532
PIS e COFINS diferidos	15	44.556	48.774
Outras provisões - medidas compensatórias	17	382	382
Imposto de renda e contribuição social	16.c	3.168	-
Provisões para riscos	18	24	1.815
Partes relacionadas transações comerciais		50	46
		<u>282.940</u>	<u>298.549</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>282.940</u>	<u>298.549</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	19	266.880	266.880
Prejuízos acumulados		(8.752)	(16.358)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>258.128</u>	<u>250.522</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>572.345</u></u>	<u><u>578.034</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Jaurú Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2014	2013
Receita líquida - construção, remuneração do ativo financeiro e operação e manutenção	20	42.165	50.551
Custos dos bens construídos e serviços prestados	21	<u>(7.736)</u>	<u>(9.410)</u>
Lucro Bruto		<u>34.429</u>	<u>41.141</u>
Despesas administrativas:			
Pessoal	22	(47)	(216)
Gerais e administrativas	22	(1.648)	(3.983)
Serviços de terceiros	22	<u>(1.095)</u>	<u>(1.676)</u>
		<u>(2.790)</u>	<u>(5.875)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>31.639</u>	<u>35.266</u>
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	23	1.806	530
Despesas financeiras	23	<u>(21.977)</u>	<u>(21.331)</u>
		<u>(20.171)</u>	<u>(20.801)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>11.468</u>	<u>14.465</u>
Imposto de renda e contribuição social	16.c	(3.862)	(168)
Lucro líquido do exercício		<u>7.606</u>	<u>14.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Jaurú Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstração dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Lucro líquido do exercício	7.606	14.297
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>7.606</u></u>	<u><u>14.297</u></u>

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

## Jaurú Transmissora de Energia S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	<b>Capital Social</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>249.330</u>	<u>24.450</u>	<u>(30.655)</u>	<u>243.125</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	14.297	14.297
Aumento e integralização de capital	17.550	(17.550)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	19.675	-	19.675
Devolução AFAC	<u>-</u>	<u>(26.575)</u>	<u>-</u>	<u>(26.575)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>266.880</u>	<u>-</u>	<u>(16.358)</u>	<u>250.522</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.606</u>	<u>7.606</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>266.880</u>	<u>-</u>	<u>(8.752)</u>	<u>258.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Jaurú Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2014	2013 (Reclassificado)
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	7.606	14.465
Juros sobre os empréstimos e financiamentos	21.448	17.713
Impostos diferidos	2.765	(1.521)
Provisão para riscos	(1.791)	1.175
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Concessionárias e permissionárias	(722)	(3.243)
Contas a receber - ativo financeiro	8.542	7.833
Impostos a recuperar	3.947	(5.020)
Outros créditos	(1.653)	1.008
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	(2.119)	(13.586)
Impostos e contribuições sociais	151	(889)
Taxas regulamentares	837	515
Partes relacionais transações comerciais	4	46
Outras contas a pagar	(702)	611
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(15.163)	(11.770)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>23.150</u>	<u>7.337</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	(17.673)	(5.847)
Aquisição Imobilizado	168	200
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(17.505)</u>	<u>(5.647)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos captados	650	192.470
Empréstimos e financiamentos pagos	(19.711)	(183.262)
Recebimento AFAC	-	19.675
Pagamento AFAC	-	(26.575)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento</b>	<u>(19.061)</u>	<u>2.308</u>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(13.416)</u>	<u>3.998</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.718	9.720
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>302</u>	<u>13.718</u>
<b>Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(13.416)</u>	<u>3.998</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

#### **1.1 Contexto operacional**

A Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 12 de dezembro de 2006. Possui sede estabelecida no Rio de Janeiro e três filiais localizadas em Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul e em Vilhena, no Estado de Rondônia. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.2 Da concessão**

Em 3 de abril de 2007, A Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº005/2006 ANEEL, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 001/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuído em:

- a.** Instalações de transmissão em 230 KV, com origem na Subestação Samuel e término na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ariquemes e término na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Ji-Paraná e término em Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Pimenta Bueno e término na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e pela linha de transmissão 230 KV, com origem na Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia e término em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km.
- b.** Entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, 230 KV na Subestação Ariquemes por reatores de linha, 230 KV na Subestação Pimenta Bueno por reatores de linha, 230 KV na Subestação Vilhena por reatores de linha e 230 KV na Subestação Jauru por reatores de linha bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 21 de fevereiro de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) declarou que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional desde 6 de fevereiro de 2013 para as LT 230kV JI-Paraná Bueno C-2, LT 230kV Samuel/Ariquemes C-s, LT 203kV Pimenta Bueno/Vilhena C-2 e RT 230kV 20 Mvar Ariquemes RT2 e desde 14 de fevereiro de 2013 para os RT 230kV 20 Mvar JI-Parana RT2 e LT 203kV Ariquemes/JI-Parana C-2.

Em 24 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756, estabeleceu a receita anual permitida (RAP) atualizada da Companhia em R\$ 47.596 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2015.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Julgamentos**

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**a. Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro.

**b. Reconhecimento do ativo financeiro**

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF – Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

**c. Determinação das receitas de construção**

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura-se margem de lucro. Na contabilização da margem de construção de 1%, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

**d. Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos seus valores justos atribuídos pela Administração e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

**e. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

**f. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

**g. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 2.

**h. Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos a recuperar**

A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

**a. Apuração do resultado**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer deduções.

A receita proveniente do contrato de concessão contempla o valor inicial acordado no contrato acrescido das variações decorrentes de solicitações adicionais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possa ser mensurada de forma confiável, neste momento, é reconhecido no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato.

**b. Reconhecimento de receita**

De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear em cada ciclo anual.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno do investimento e definida no início da concessão;

Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear em cada ciclo anual e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) – Receitas; e

Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

**c. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, líquidas sobre empréstimos e financiamentos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

**d. Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento de dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**i. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado**

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado abrangente.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa classificados a valor justo por meio do resultado.

**ii. *Empréstimos e recebíveis***

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes - ativo financeiro.

**iii. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros***

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.



**iv. *Baixa de ativos financeiros***

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

**e. *Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como “outros passivos financeiros”.

**i. *Outros passivos financeiros***

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2014, todos os passivos financeiros da Companhia foram classificados como outros passivos financeiros.

**ii. *Baixa de passivos financeiros***

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem e são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**f. *Caixa e equivalentes de caixa***

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

**g. *Títulos e valores mobiliários***

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

**h. *Contas a receber***

Compreendem o valor justo dos recebíveis de contratos de concessão de serviços.

**i. Concessionárias e Permissionárias**

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

**j. Demais obrigações**

São registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**k. Tributação e encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

Reserva Geral de Reversão - RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados através do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

**m. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

**n. Distribuição de dividendos**

A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2014 não houve distribuição de dividendos. O lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

**7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo.

- Revisão da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e alterações à IFRS 11 – Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes;

- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011-2013.

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013 (Reclassificado)
Caixa	31	22
Banco conta movimento	271	13.696
	302	13.718

O caixa e equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

## 9 Títulos e valores mobiliários

### Circulante

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2014	2013 (Reclassificado)
Banco Safra	Fundo de investimento	100% CDI	-	17
Banco Santander	Fundo de investimento	100% CDI	16.858	5
			16.858	22

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de fundos de investimento cujas cotas podem ser resgatadas a qualquer momento, sem prejuízo de rentabilidade e a sua carteira é composta por títulos atrelados à taxa CDI. Essas aplicações refletem, na data do balanço, o seu valor de mercado.

A Companhia efetuou uma reclassificação das aplicações financeiras de caixa equivalentes de caixa para títulos e valores mobiliários em função da definição conceitual desses investimentos.

### *Não Circulante - restrito*

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Meta de Remuneração	2014	2013
Banco Santander	Fundo de investimento	100% CDI	10.321	9.484

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), mantido em fundo de investimento junto ao Banco Santander, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

## 10 Concessionárias e permissionárias

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
A Vencer	5.698	4.056
Vencidos até 90 dias	113	1.086
Vencidos há mais de 90 dias	<u>640</u>	<u>587</u>
	<u>6.451</u>	<u>5.729</u>

A Administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária. Informações sobre risco de crédito da Companhia estão na nota explicativa nº 25.

## 11 Contas a receber - Ativo financeiro

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Serviços de construção	527.295	466.715
Reflexo de baixa de fornecedor (*)	-	(16.510)
Remuneração do ativo financeiro	32.822	44.007
Recebimento	<u>(41.364)</u>	<u>(35.330)</u>
Saldo em 31.12	<u>518.753</u>	<u>527.295</u>
Circulante	41.244	39.492
Não Circulante	<u>477.509</u>	<u>487.803</u>
Total Ativo Financeiro	<u>518.753</u>	<u>527.295</u>

- (\*) Devido acordo entre os acionistas da Companhia referente a finalização das obras do Tramo Norte “Consórcio Cobelux”, ocorrida em fevereiro de 2013, e o conseqüente ajustamento do saldo a pagar. As partes reaccessaram a estimativa de custos efetuada anteriormente, e decidiram pela baixa do saldo a pagar da Companhia, com a conseqüente baixa do ativo financeiro.

O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção. Esse ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis.

Abaixo, um resumo do Contrato de Concessão:

Contrato assinado em 20 de abril de 2007 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão;

Receita Anual Permitida (RAP) a serem auferidos, não incluem o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis. O índice IPCA será utilizado no cálculo do reajuste das tarifas, como uma das variáveis a serem consideradas no cálculo;

A partir do 16º (décimo sexto) ano de Operação Comercial, a RAP será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de Operação Comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão fixado no Contrato.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico;

Independente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a Transmissora deverá implementar medidas compensatórias, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental;

A Transmissora fica obrigada a aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;

Por infrações às disposições legais, regulamentares e ou contratuais estará sujeita à penalidade de multa aplicada pela ANEEL nos termos de resolução específica, no valor máximo por infração de 2% do montante da Receita Anual Permitida da Transmissora dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração;

Compromisso do acionista controlador: O acionista controlador obriga-se a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar as ações que fazem parte do grupo de controle sem a prévia concordância da ANEEL.

## **12 Impostos a recuperar**

Circulante	2014	2013
PIS a compensar	685	789
COFINS a compensar	3.196	3.678
IR sobre aplicações financeiras	217	379
IR retido por clientes	168	161
CSLL retido por clientes	120	119
Outros	1.497	185
Total ativo circulante	<u>5.883</u>	<u>5.311</u>
Não circulante		
PIS a compensar	1.903	2.713
COFINSa compensar	8.782	12.491
Total ativo não circulante	<u>10.685</u>	<u>15.204</u>

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens para construção da linha de transmissão durante o período de construção da Companhia, conforme faculta a Lei 10.833/03 e 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento do PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima a realização do ativo não circulante de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS	COFINS
2016	691	3.206
2017	691	3.206
2018	521	3.206
2019 em diante	-	836
	1.903	8.782

### 13 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de fornecedores correspondem, basicamente, aos valores ainda devidos aos construtores da linha de transmissão. O ativo foi construído a partir de contrato EPC firmado com o Consórcio Cobelux formado por três empresas, as quais são acionistas da Companhia.

Os fornecedores que não são partes relacionadas foram subcontratados pelo consórcio construtor para aquisição de materiais e serviços de montagem, sendo os pagamentos realizados diretamente pela Companhia por conta e ordem do referido consórcio.

	2014	2013
Fornecedores de bens e serviços:		
Plena O&M	185	85
Caójes F. J. Alves	9	52
Ecari	304	304
Weg Equipamentos Elétricos	70	70
Malagão	80	-
Provisão para finalização obra – Tramo Norte	1.696	3.721
Outros	551	643
Total	2.975	4.875
Retenções contratuais (a)		
Electro Vidro	-	217
Ecology	126	126
Outros	27	501
Total	3.128	5.247

- (a) As retenções contratuais referem-se a montantes retidos conforme definições contratuais entre a Companhia e suas contratadas para execução de serviços durante a fase de construção de suas linhas de transmissão.

## 14 Empréstimos e financiamentos

Os saldos, em 31 de dezembro, são compostos como se segue:

### Movimentação do exercício

	31/12/2013	Captação	Juros	Amortização de juros	Amortização do principal	31/12/2014
Debêntures (a)	41.619	-	6.289	-	-	47.908
BNDES A (b)	64.658	-	4.559	(4.566)	(6.240)	58.411
BNDES B (b)	10.968	-	448	(449)	(1.878)	9.088
BNDES D (b)	137.987	-	9.843	(9.848)	(10.190)	127.792
BNDES E (b)	12.649	-	298	(300)	(1.403)	11.244
BNDES F (b)	-	650	11	-	-	661
	<u>267.892</u>	<u>650</u>	<u>21.448</u>	<u>(15.163)</u>	<u>(19.711)</u>	<u>255.115</u>
					<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Circulante					20.355	20.360
Não Circulante					<u>234.760</u>	<u>247.532</u>
					<u>255.115</u>	<u>267.892</u>

#### (a) Debêntures

Em 23 de julho de 2013, foi autorizado pelo BNDES (Carta AIE/DEENE nº 256/2013) a contratação de um financiamento através da 2ª emissão de debêntures de infraestrutura de até R\$39.000 com prazo de liquidação em 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia celebrou instrumento particular de Escritura da 2ª emissão pública de debêntures no valor total de até R\$39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano. As garantias foram compartilhadas com o BNDES e concedidas mediante Contrato de penhor de ações e Contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças e, Direitos creditórios das seguintes contas:  
Conta Centralizadora e,

Conta Reserva das Debentures.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia está em conformidade com as cláusulas contratuais da 2ª emissão pública de debêntures.

#### (b) BNDES

Os subcréditos A e B referem-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o BNDES em 23 de dezembro de 2009, destinado à implantação das linhas de transmissão da Jauru (Tramo Sul). O financiamento está dividido em dois subcréditos, detalhados a seguir:

Subcrédito A - No valor de R\$86.285, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,58% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de maio de 2010 e término em 15 de abril de 2024.

Subcrédito B - No valor de R\$17.715, providos com recursos ordinários do BNDES observada a sistemática prevista no programa BNDES de Sustentação do Investimento PSI. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 4,5%, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de maio de 2010 e término em 15 de abril de 2024.



Os subcréditos D, E e F referem-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o BNDES em 26 de dezembro de 2012, destinado à implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão da Jauru (Tramo Norte). O financiamento está dividido em três subcréditos, detalhados a seguir:

Subcrédito D - No valor de R\$138.300, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,58% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de julho de 2013 e término em 15 de junho de 2027.

Subcrédito E - No valor de R\$13.200, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 114 meses, com início em 15 de julho de 2013 e término em 15 de dezembro de 2022.

Subcrédito F - No valor de R\$1.300, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2015 e término em 15 de junho de 2027. Até 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma liberação deste subcrédito.

Em 15 de agosto de 2014 o BNDES liberou R\$ 650 referente ao contrato de financiamento firmado em 26 de dezembro de 2012.

O financiamento do BNDES é garantido por:

- i. Penhor de direitos emergentes da concessão;
- ii. Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- iii. Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão;
- iv. Fiança bancária de R\$ 152,8 milhões, durante a construção do Tramo Norte.

Substituída em 01/11/2013, por outra Fiança Bancária no valor de R\$ 21,75 milhões equivalente a 12 vezes o serviço da dívida.

Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender, durante o período de amortização do contrato, aos seguintes índices financeiros (“covenants”):

- i. Manter durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3 (um vírgula três) apurado conforme demonstrado abaixo;
- ii. Manter durante o período de financiamento, Índice de Capital Próprio (ICP), igual ou superior a 30% (trinta por cento) do investimento total do projeto ora financiado.

Onde:

Índice de cobertura da dívida: é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida.

Índice de Capital Próprio (ICP): é definido pela relação patrimônio líquido sobre ativo total.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia cumpriu com as exigências conforme demonstrado abaixo:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>EBITDA</b>	35.592	29.390
(+/-) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	11.468	14.465
(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	20.171	20.801
(-) Outras Receitas Operacionais	-	4.648
(+) PIS / COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-403	(1.520)
(-) Margem de construção (Receita de construção - custo de construção)	-	1.675
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	42.550	44.007
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	5.876	6.207
(-) Montante recebido pela empresa a título de Receita Anual Permitida	52.781	46.185
(+) Parcela de PIS e COFINS deduzida da RAP + demais deduções da Receita Operacional Bruta (exceto PIS e COFINS)		
(+/-) Outros Ajustes IFRS	-	5.995
<b>A) Geração de Caixa da Atividade</b>	49.071	38.688
(+) Disponibilidade final do Período Anterior	13.740	9.720
(+) EBITDA	35.592	29.390
(-) Imposto de Renda Pago	137	287
(-) Contribuição Social Pago	124	135
<b>B) Serviço da Dívida</b>	34.874	24.843
(+) Amortização de Principal	19.711	13.913
(+) Pagamento de Juros	15.163	10.930
<b>C) Índice de Cobertura da Dívida (A/B)</b>	1,41	1,56
<b>D) Patrimônio Líquido</b>	258.128	250.523
<b>E) Ativo</b>	572.345	578.035
<b>F) PL/AT (D/E) -&gt;0,3</b>	0,45	0,43

## 15 PIS e COFINS diferidos

As receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira) registradas contabilmente pela Companhia, que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não - cumulativos.

O saldo de PIS e COFINS diferidos é apresentado como segue:

	<b>2014</b>			
Natureza dos créditos	<b>Base de cálculo</b>	<b>PIS</b>	<b>COFINS</b>	<b>Total</b>
Reconhecimento de receita de acordo com ICPC 01	518.753	8.627	39.744	48.371
	<b>2013</b>			
Natureza dos créditos	<b>Base de cálculo</b>	<b>PIS</b>	<b>COFINS</b>	<b>Total</b>
Reconhecimento de receita de acordo com ICPC 01	527.295	8.700	40.075	48.774

	2014	2013
Circulante	3.815	-
Não Circulante	44.556	48.774

## 16 Impostos e contribuições sociais

### a. A pagar

	2014	2013
IRRF	65	74
IRPJ a pagar	162	-
CSLL a pagar	60	-
ICMS a pagar	40	40
ISS	334	321
INSS retido de fornecedores	-	1
Outros	117	191
Total	778	627

### b. Reconciliação das taxas efetivas e nominais

Segue a reconciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Resultado antes da tributação	11.468	14.465
Despesas não dedutíveis		
Diferenças temporárias - RTT	(9.316)	(15.636)
	2.152	(1.171)
Exclusões/Adições	(110)	1.665
	2.042	494
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e CSLL s/base de cálculo	(694)	(168)

### c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2014			
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Natureza dos créditos				
Diferenças temporárias	(9.316)	(839)	(2.329)	(3.168)
				(3.168)
				<b>2014</b>
IR e CSLL Corrente			(694)	(168)
IR e CSLL Diferido			(3.168)	-
			(3.862)	(168)

## **17 Medidas compensatórias**

O Contrato de Concessão nº 001/2007, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve emvidar seus melhores esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

O valor da compensação ambiental da Companhia foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. Em dezembro de 2013 o valor da compensação foi estipulado em 0,5% do valor do empreendimento, totalizando R\$404, parcialmente liquidado. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão é de R\$382 (R\$382 em 2013).

Além das medidas compensatórias oriundas do período de construção da linha de transmissão, a Companhia possui alguns outros compromissos com programas ambientais. Dentre os principais, destacam-se os seguintes:

- Realizar o treinamento dos colaboradores no que se refere a educação ambiental;
- Manter contínuo programa de monitoramento dos processos erosivos;
- Realizar o corte seletivo atendendo às especificações legais pertinentes e reduzindo-o ao mínimo necessário.

## **18 Provisões para riscos**

### **Ações judiciais**

A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista, em sua maioria compostas por indenizações por dano moral, acidente de trabalho, horas extras, remuneração e periculosidade, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual a Companhia mantém provisão no montante de R\$24 (R\$1.815 em 2013).

Durante a fase de construção, a Companhia foi autora de ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras. Os valores envolvidos, em sua maioria, foram depositados em juízo e reconhecidos como custo de construção na época.

A Companhia possui ações judiciais cíveis avaliadas pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos como risco possível de perda e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2014 o valor total é de R\$639. (R\$ 6 em 2013).

### **Meio ambiente**

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os compromissos da Companhia com questões ambientais restringem-se às medidas compensatórias acordadas com o IBAMA, que estão registradas no passivo (ver Nota 17).

## 19 Patrimônio Líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$266.880, dividido em 266.880.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social integralizado da Companhia é como se segue:

	<b>Ações ordinárias Nominativas 2014 e 2013</b>
Lintran do Brasil Participações S.A.	88.959.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	88.959.998
Isolux Energia e Participações S.A.	88.959.998
Membros do Conselho de Administração	6
	266.880.000

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

### c. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Lucro líquido do exercício	7.606	14.297
Absorção de prejuízos acumulados	(16.358)	(30.655)
Prejuízo acumulado	(8.752)	(16.358)

## 20 Receita operacional líquida

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita de operação e manutenção	5.876	6.207
Receita de remuneração do ativo financeiro	42.548	48.655
Receita bruta	48.424	54.862

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita bruta	48.424	54.862
(-) PIS e COFINS	(4.479)	(2.753)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	(1.780)	(1.558)
Receita líquida	42.165	50.551

## 21 Custos operacionais

As informações sobre a natureza dos custos operacionais é apresentada a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Pessoal	(2.552)	(3.221)
Serviços prestados	(3.512)	(4.262)
Materiais	(374)	(276)
Outras despesas	<u>(1.298)</u>	<u>(1.651)</u>
Total	<u><u>(7.736)</u></u>	<u><u>(9.410)</u></u>

## 22 Despesas administrativas

As informações sobre a natureza das despesas administrativas é apresentada a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Serviços prestados	(1.095)	(1.676)
Despesas com pessoal	(47)	(216)
Gerais e administrativas	<u>(1.648)</u>	<u>(3.983)</u>
Total	<u><u>(2.790)</u></u>	<u><u>(5.875)</u></u>

## 23 Resultado financeiro

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receitas de aplicações financeiras	<u>1.806</u>	<u>530</u>
Receitas financeiras	<u><u>1.806</u></u>	<u><u>530</u></u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.448)	(17.713)
Outras despesas financeiras	<u>(529)</u>	<u>(3.618)</u>
Despesas financeiras	<u><u>(21.977)</u></u>	<u><u>(21.331)</u></u>
	<u><u>(20.171)</u></u>	<u><u>(20.801)</u></u>

## 24 Transação com partes relacionadas

Os detalhes a respeito das transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

### a. Transações comerciais

As transações com partes relacionadas restringem-se ao contrato de construção da linha de transmissão com as empresas do grupo-Consórcio Cobelux (acionistas da Companhia). Durante o exercício não foram realizados pagamentos.

### b. Prestação de serviço

Em 1 de março de 2013 foi firmado contrato de prestação de serviço técnico, administrativo, contábil, fiscal, financeiro e de recursos humanos entre a Companhia e a Elecnor Transmissão de Energia S.A. pelo valor anual de R\$ 600 pelo prazo de concessão.

Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período de relatório:

	2014	2013
Contas a receber:		
LT Triangulo S.A.	1	1
Contas a pagar:		
Elecnor Transmissora de Energia	50	46

Os saldos a receber e a pagar entre as empresas do Grupo não têm prazo de vencimento nem incidência de encargos financeiros.

**c. Remuneração da Administração**

Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração total dos administradores totalizou R\$65 (R\$62 em 2013) e foi registrada como despesas administrativas no resultado.

## **25 Instrumentos financeiros**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### **25.1 Gerenciamento de riscos**

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a.** Risco de crédito.
- b.** Risco de mercado.
- c.** Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

**a. Riscos de crédito**

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2014	2013
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	302	13.718
Títulos e valores mobiliários	27.179	9.506
Contas a receber - ativo financeiro	518.753	527.295
	<u>546.234</u>	<u>550.519</u>

Títulos e valores mobiliários - São mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que diminui o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Ativo financeiro - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. Risco de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.



Em 31 de dezembro de 2014, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<b>Instrumentos financeiros por indexador</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)</b>		
CDI	27.179	9.506
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
IPCA (Debêntures)	47.908	41.619
TJLP (BNDES)	207.207	226.273

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

***Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	27.179	Queda da taxa CDI	738	559	377
<b>Total</b>					
<b>Referência para ativos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
<b>CDI (%)</b>			11,51%	8,63%	5,76%

(\*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11,51% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

<b>Operação</b>	<b>Exposição (R\$ mil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (*)</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Passivo Financeiro</b>					
Empréstimos e financiamentos					
- BNDES	207.207	Alta da TJLP	2.748	3.417	4.081
- Debentures	47.908	Alta do IPCA	916	1.137	1.355
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>TJLP (%)</b>			5,5%	6,38%	8,25%
<b>IPCA (%)</b>			8%	10%	12%

(\*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP médio estimado de 5,5% e IPCA estimado de 8% de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da taxa TJLP e do IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Risco de liquidez - é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos, estão divulgados nas notas explicativas nº 10. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

### c. **Riscos operacionais**

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

### **Risco técnico**

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas Parcela Variável).

### **Riscos regulatórios**

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

### **Risco de seguros**

A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

## **25.2 Categorias de instrumentos financeiros**

	Categoria	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	302	302	13.718	13.718
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	27.179	27.179	9.506	9.506
Contas a receber - ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	518.753	518.753	527.295	527.295
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	3.178	3.178	5.247	5.247
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	255.115	255.115	267.892	267.892

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

## **25.3 Classificações contábeis e valores justos**

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

Caixa equivalentes de caixa - Contas correntes conforme posição dos extratos bancários.  
Títulos e Valores Mobiliários: Aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Ativo financeiro: O ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2014. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos: A Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

#### **25.4 Hierarquia do valor justo**

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

## **26 Seguros**

A Companhia adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão.

A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Subestações e linha de transmissão	Responsabilidade Civil/Seguro Patrimonial	30/06/2015	77.836

\* \* \*